UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NORMAS INTERNAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MESTRADO - “*STRICTO SENSU*”

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Normas Internas do Programa de Pós-graduação em CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, que foram definidas tendo como base as Normas Gerais dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRPE (Resolução 049/2008 – CEPE). Esperamos que as mesmas contribuam dinamicamente para consolidar este Programa de Pós-Graduação perdurando enquanto tais sempre e enquanto permitam que o Programa se adéque às mudanças da Pós-Graduação de nossa instituição e do País.

Prof^a. Laura Susana Duque Arrazola
Coordenadora do PGCDs

NORMAS INTERNAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UFRPE

DOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO E DURAÇÃO

Artigo 1º - O Programa de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PGCDS) nível Mestrado da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) têm por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, destinados ao exercício das atividades técnico-científicas, de pesquisa e ensino superior na respectiva área, visando ao atendimento das demandas dos setores público e privado.

Artigo 2º - O PGCDS será supervisionado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), por meio da Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação (CPPG), obedecendo às Normas Gerais dos Programas de Pós-Graduação, às demais disposições estatutárias e regimentais da UFRPE e por estas Normas Internas.

Artigo 3º - A estrutura administrativa do PGCDS compõe-se da Coordenadoria, do Colegiado de Coordenação Didática (CCD) e da Secretaria.

Parágrafo Único - A Coordenação do PGCDS conta com apoio administrativo da PRPPG e do Departamento de Ciências Domésticas (DCD), de acordo com as disponibilidades de recursos humanos e orçamentários dos mesmos.

Artigo 4º – O CCD do PGCDS é composto por 2 (dois) membros natos (coordenador e vice-coordenador), (três) membros indicados pelos Departamentos Acadêmicos que tenham professor/a permanente credenciado/a no corpo docente do Curso e 1 (um) membro do corpo discente do Programa, que deve ser, necessariamente, o/a representante estudantil eleito/a majoritariamente pelos/as seus/suas pares.

Artigo 5º – A/O coordenadora/or e a/o vice-coordenadora/or serão referendados pelo CCD e nomeados pela Reitoria da UFRPE para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais 2 (dois) anos, após eleição majoritária, realizada pelo corpo docente, discente e de pesquisa do Programa. A/O coordenadora/or deve ser, necessariamente, professora/or permanente do Programa e pertencer ao Departamento de Ciências Domésticas.

Parágrafo Único - O resultado final da eleição é a média ponderada dos votos, em que o corpo docente tem peso 7 (sete), o corpo discente tem peso 2 (dois) e o corpo de pesquisadoras/es e técnicas/os têm peso 1 (um).

Artigo 6º - As atribuições da coordenação e do CCD constam da Seção V do Regimento Geral da UFRPE, complementadas pelas Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação e por estas Normas Internas.

Artigo 7º - Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), por meio de sua Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, cabe fiscalizar o fiel cumprimento das disposições presentes nestas Normas Internas.

Artigo 8º - O PGCDs é estruturado em 1 (uma) Área de Concentração: Economia Doméstica (Anexo I).

Artigo 9º – O PGCDs nível Mestrado terá duração mínima de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da matrícula inicial, devendo a/o candidata/o ao grau de Mestre, integralizar o total de créditos exigidos pelo Programa, entregar e defender uma Dissertação, apresentar suficiência em um idioma estrangeiro e comprovar o envio de pelo menos um trabalho para publicação em revista Qualis de acordo com os critérios de qualificação pertencentes à área de Serviço Social/Economia Doméstica junto a CAPES .

Artigo 10º - Em casos excepcionais, devidamente justificados, o prazo estabelecido no artigo 9 poder á ser dilatado até o máximo de 6 (seis) meses, a critério do CCD, devendo a decisão ser informada a CPPG.

DO CORPO DOCENTE

Artigo 11º - O Corpo Docente do PGCDs será constituído por professoras/es da UFRPE de acordo com os critérios do Conselho Nacional de Educação (CNE), no que concerne a sua titulação ou desempenho acadêmico e com as disposições específicas da CAPES (Anexo II).

Parágrafo único - Poderão fazer parte do Corpo Docente professores/as de outras instituições de ensino superior do País ou do exterior, bem como pesquisadores/as ou técnicos/as nacionais ou estrangeiros/as, obedecidos os critérios de titulação ou desempenho acadêmico do “caput” deste artigo, com a aprovação do CCD, até o limite de 30 % do total do Corpo Docente.

Artigo 12º - O credenciamento e descredenciamento de qualquer membro do Corpo Docente deverão ser aprovados pelo CCD.

Parágrafo único – O credenciamento de docentes poderá ser formalizado das seguintes formas:

- I - Solicitação própria;
- II- Indicação efetuada por docentes pertencentes ao PGCCDS.

Artigo 13º – Requisitos para o credenciamento de docentes:

- I - Possuir título de Doutor ou equivalente;
- II - Ter publicado nos três últimos anos, três artigos científicos em revista Qualis definida de acordo com os critérios de qualificação pertencentes à área de Serviço Social/Economia Doméstica junto a CAPES, e vinculados às linhas de pesquisa do PGCCDS, exceto recém doutores;

III - Assumir compromisso de lecionar disciplina(s) da matriz curricular do PGCCDS;

IV - Assumir compromisso de lecionar disciplina(s) na graduação em sua Instituição de origem;

V – Assumir compromisso de orientar aluno/a do programa;

VI - Assumir compromisso de orientar aluno/a de graduação em sua Instituição de origem.

Parágrafo único – São considerados/as recém-doutores/as, professores/as, pesquisadores/as ou técnicos/as titulados/as nos últimos 5 (cinco) anos.

Artigo 14º - Qualquer membro do Corpo Docente será descredenciado/a se não publicar, nos últimos três anos pelo menos 2 (dois) artigos científicos em periódico Qualis definido de acordo com os critérios de qualificação pertencentes à área de Serviço Social/Economia Doméstica junto a CAPES.

Parágrafo único - A avaliação para descredenciamento será realizada a cada triênio, concomitantemente com a avaliação trienal do Programa pela CAPES.

DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

Artigo 15º – Serão admitidos como candidatos/as ao PGCCDS para o nível de Mestrado os/as portadores/as de diploma de Curso de Graduação em Economia Doméstica, Serviço Social, Administração, Design ou nas áreas afins.

§ 1º - São áreas afins do PGCCDS aquelas inseridas nas Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas ou outras a critério do CCD.

§ 2º – Poderão ser admitidos/as como candidatos/as ao Programa, os/as concluintes de Curso de Graduação, desde que atendida a exigência do parágrafo único do artigo 16 dessas Normas Internas.

Artigo 16º - A inscrição para seleção ao Programa deverá ser feita na CPPG, da PRPPG, em período estabelecido no calendário escolar, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) requerimento, em formulário próprio, fornecido pela CPPG;
- b) 2 (duas) cartas de recomendação, em formulário próprio, fornecido pela CPPG, assinadas por pessoas ligadas quer à formação acadêmica, quer à atividade profissional do candidato;
- c) cópia autenticada em cartório do diploma ou documento comprobatório equivalente do Curso de Graduação;
- d) histórico escolar do Curso de Graduação, fornecido, exclusivamente, pelo registro de controle acadêmico (cópia autenticada em cartório);
- e) “*curriculum vitae*” na Plataforma Lattes do CNPq devidamente comprovado;
- f) 2 (duas) fotografias 3 x 4;
- g) cópia da Carteira de Identidade ou documento comprobatório equivalente;
- h) cópia do Certificado de Pessoa Física (CPF);
- i) cópia do Título de Eleitor;

- j) cópia do Certificado de Reservista ou documento comprobatório equivalente, quando candidato do sexo masculino;
- k) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição.

Parágrafo único – Poderão ser aceitas inscrições de alunos cursando o último período de Curso de Graduação, mediante apresentação de declaração da coordenação do Curso indicando a data prevista de conclusão.

Artigo 17º - Caberá ao CCD do Programa analisar e decidir pela validade das inscrições e certificar sua homologação, de acordo com o artigo 16.

Artigo 18º - Os candidatos serão selecionados por uma Comissão de Seleção, indicada pelo CCD, designada especificamente para este fim.

Parágrafo único – A Comissão de Seleção deverá ser constituída por 4 (quatro) membros doutores indicados pelo CCD, sendo 1 (um) membro suplente. Os membros desta comissão deverão ser docentes do PGCDs.

Artigo 19º - A seleção dos candidatos ao Programa será feita mediante a observação dos seguintes critérios:

- a) análise do “*curriculum vitae*”;
- b) avaliação escrita de conhecimentos gerais na área de Serviço Social/Economia Doméstica (exame escrito);
- c) exame de proficiência da língua inglesa;
- d) análise do histórico escolar da graduação, especificamente quanto ao coeficiente de rendimento e desempenho nas Disciplinas relacionadas à Área de Serviço Social/Economia Doméstica;
- e) análise do teor das cartas de recomendação;
- f) avaliação da experiência em pesquisa;
- g) avaliação da dedicação à Área de Serviço Social/Economia Doméstica;
- h) avaliação da disponibilidade para dedicação ao Programa;
- i) verificação da existência e do tipo de vínculo empregatício.

§ 1º – Na seleção de candidatos ao PGCDs será realizado exame de suficiência em inglês em assuntos pertinentes a Área de Concentração do Curso.

§ 2º - Para avaliação dos exames serão atribuídos os conceitos “S” = satisfatório que corresponderá a nota 5 ou superior e “NS” = Não satisfatório.

§ 3º – Alunos estrangeiros deverão prestar exame de suficiência em idioma português de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 19.

§4º - A Comissão de Seleção deverá encaminhar ao CCD um relatório com os resultados finais do processo de seleção que deverá ser homologado e encaminhado a CPPG para que a mesma dê conhecimento aos candidatos, conforme período estabelecido no calendário escolar.

§ 5º - O resultado da seleção terá validade somente para a matrícula inicial, no período letivo para o qual o candidato foi aprovado.

§ 6º - A admissão ao Programa não implicará, obrigatoriamente, na concessão de bolsa de estudos ao candidato.

Artigo 20º - Alunos especiais poderão ingressar no Programa, em qualquer semestre, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) haja vaga na (s) Disciplina(s) pleiteada(s), e a concordância do(s) professor(es) responsável(is) pela(s) disciplina(s);
- b) apresente os documentos exigidos pelo artigo 16 destas normas;
- c) apresente solicitação de inscrição em formulário próprio fornecido pela CPPG no prazo estabelecido pelo calendário escolar da Pós-Graduação;
- d) tenha a inscrição homologada pelo CCD, que para isso se baseará nos mesmos critérios do artigo 19 destas normas.

§ 1º - Poderão se inscrever em Disciplina(s) do PGCDS, na qualidade de aluno especial, alunos regulares de Programas de Pós-Graduação de outras Instituições de Ensino Superior, desde que seja encaminhado oficialmente, pela coordenação do programa, estando o aluno isento apenas da alínea “b” do caput deste artigo.

§ 2º - Poderão se inscrever em Disciplina(s) do PGCDS, na qualidade de aluno especial, alunos regulares de Programas da mesma Instituição, desde que seja encaminhado oficialmente e que seja satisfeita apenas à alínea “a” do caput deste artigo.

§ 3º - O aluno especial estará sujeito às mesmas normas dos alunos regulares com relação à frequência e à avaliação do aproveitamento, sendo-lhe conferido o número corresponde de créditos e o respectivo conceito.

§ 4º - A obtenção de créditos pelo aluno especial não lhe outorga o direito de matrícula ou preferência no PGCDS, ficando seu ingresso condicionado ao processo de seleção.

§ 5º - O aluno especial poderá se matricular em até 2 (duas) disciplinas por período escolar letivo, podendo esta ser renovada por mais 1 (um) período escolar, desde que aprovado pelo CCD do Programa, conforme requisitos do “caput” deste artigo, sendo vedado se matricular em mais de 4 (quatro) disciplinas.

Artigo 21º - Na inscrição no PGCDS os alunos portadores de diploma de Graduação emitidos no exterior, deverão apresentar a revalidação em Instituição competente, conforme legislação.

Artigo 22º - A seleção de alunos estrangeiros será regida de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 23º – O PGCDS poderá reintegrar ex-alunos que tenham sido desligados do curso no prazo máximo de um ano, observando o estabelecido nas normas gerais para programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” da UFRPE.

DA CONCESSÃO E ACOMPANHAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO

Artigo 24º - O PGCDS poderá ou não dispor de bolsas de estudo para concessão ao corpo discente, estando esta disponibilidade vinculada à política das agências de fomento ligadas à formação de recursos humanos, ciência e tecnologia do País.

Artigo 25º – Após a composição do CCD, deverá ser formada uma Comissão de Concessão e Avaliação de Bolsas (CCAB), composta pelo coordenador, vice-coordenador e um membro do CCD, indicado pelo próprio colegiado.

Artigo 26º - A CCAB compete:

- a) fazer cumprir os critérios para concessão de bolsas estabelecida pelas agências de fomento;
- b) estabelecer a distribuição preferencial de bolsistas no primeiro período letivo de realização do Curso;
- c) fiscalizar os relatórios anuais de atividades acadêmicas e de pesquisa dos bolsistas;
- d) avaliar o desempenho dos bolsistas ao final de cada período letivo;
- e) suspender, reativar, substituir e cancelar bolsas;

Parágrafo único - O estabelecimento da distribuição preferencial de bolsistas é baseado, exclusivamente, no mérito do candidato à bolsa, segundo a classificação obtida no processo de seleção no Programa.

Artigo 27º - Perderá a concessão da bolsa, o aluno que:

- a) deixar de atender os critérios de concessão de bolsas estabelecidos pelas agências de fomento;
- b) obtiver conceito “D” ou “E” em qualquer Disciplina cursada;
- c) solicitar trancamento de matrícula no Programa;
- d) completar 24 (vinte e quatro) meses de Curso.

§ 1º - A redistribuição semestral de bolsas ficará a cargo da CCAB com base no desempenho acadêmico dos alunos.

§ 2º - Os conceitos nas Disciplinas e a média ponderada de aproveitamento estão definidos no Artigo 36, que trata do Regime Didático do Curso.

§ 3º – No prazo máximo especificado na alínea “d” deste artigo, incluem-se os meses porventura interrompidos por quaisquer que sejam os motivos.

DA ORIENTAÇÃO

Artigo 28º - Cada aluno terá um Orientador, designado pelo CCD e, no máximo, 2 (dois) Co-orientadores, escolhidos pelo Orientador, formando assim, o

Comitê Orientador do Aluno (COA), referendados pelo CCD.

§ 1º - O Orientador de aluno no PGCCDS em nível de Mestrado deverá fazer parte do corpo docente do programa e os co-orientadores deverão ter título de Doutor.

§ 2º - A designação do Orientador pelo CCD deverá ser feita, no máximo, antes da matrícula no segundo período letivo e a dos Co-orientadores, antes da apresentação do Projeto de Pesquisa ao CCD, ou seja, antes da matrícula no terceiro período letivo.

§ 3º - O Projeto de Pesquisa (Anexo 5) deverá ser encaminhado à coordenação do Programa pelo Orientador 90 (noventa) dias antes da matrícula no terceiro período letivo, devidamente assinado pelo COA.

Artigo 29º – A mudança de Orientador poderá ser solicitada ao CCD tanto pelo aluno, como pelo Orientador, devendo a nova escolha ser aprovada pelo CCD, após a exposição de motivos de todas as partes, aluno, Orientador e substituto.

Parágrafo único – Havendo mudança de Orientador, após iniciada a preparação da Dissertação, o tema de Pesquisa somente será mantido com a concordância do antigo Orientador, formalizada ao CCD.

Artigo 30º – Cabe ao Orientador:

- a) orientar na escolha das disciplinas a serem cursadas pelo orientando;
- b) auxiliar na elaboração do Relatório de Atividades do orientando;
- c) auxiliar e participar na elaboração do Projeto de Pesquisa da Dissertação;
- d) estimular o aluno na participação de eventos técnico-científicos;
- e) incentivar o aluno para publicação de trabalhos científicos;
- f) orientar na elaboração da Dissertação.

DA MATRÍCULA E DO TRANCAMANTO NA DISCIPLINA E NO PROGRAMA

Artigo 31º – A matrícula dos candidatos selecionados e dos alunos especiais será feita no período estabelecido no calendário escolar da Pós-Graduação, mediante preenchimento do formulário de matrícula nas Disciplinas e assinado pelo coordenador do PGCCDS.

§ 1º - Os alunos selecionados par Mestrado só poderão ser matriculados mediante apresentação na coordenação de diploma ou certificado de conclusão do Curso de Graduação.

§ 2º – Os alunos regulares devem renovar semestralmente a matrícula, mesmo aqueles que já tenham concluído os créditos, caso contrário, serão considerados desistentes.

§ 3º – A matrícula no 3º semestre letivo do curso só será efetivada mediante a aprovação, pelo CCD, do projeto de pesquisa.

Artigo 32º - O aluno poderá solicitar a coordenação do Programa, com anuência do Orientador, o trancamento de matrícula em Disciplina, antes de transcorrido 1/3 (um terço) das atividades da mesma, que deverá informar a CPPG e ao DRCA, não sendo, neste caso, a Disciplina computada no histórico escolar.

Parágrafo único - Não será admitido mais de um trancamento de matrícula por Disciplina, exceto por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado e avaliado pelo CCD.

Artigo 33º – O aluno poderá, obtida a concordância do Orientador, solicitar acréscimo ou substituição de uma ou mais Disciplinas, de acordo com o calendário escolar da Pós-Graduação, observada a disponibilidade de vaga.

Artigo 34º – O aluno, com aquiescência do Orientador e aprovação do CCD, poderá solicitar trancamento de matrícula no Programa por motivo relevante, até o prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo o período de trancamento contado dentro do prazo de integralização do Curso, previsto nos artigos 9 e 10.

Parágrafo único – Não será permitido o trancamento da matrícula no Programa o aluno que:

- a) esteja cursando o primeiro período letivo;
- b) esteja no período de prorrogação, previsto no artigo 10.

DO REGIME DIDÁTICO

Artigo 35º – A grade curricular do PGCDs é composta por Disciplinas obrigatórias, eletivas e de domínio conexo, e eventualmente por Disciplinas de Nivelamento (Anexo III).

§1º - A Disciplina Estágio de Docência é Obrigatória para bolsistas CAPES.

§ 2º - As normas para realização do Estágio de Docência serão aquelas determinadas na Resolução 351/2000 do CEPE.

§ 3º - Alunos que integralizaram seus créditos, devem se matricular semestralmente em “Elaboração de Dissertação”, sem direito a crédito, até o prazo final para conclusão do Curso.

Artigo 36º – O aproveitamento de cada Disciplina será avaliado através de verificações de aprendizagem, trabalhos e, ou, projetos, bem como participação e interesse demonstrados pelo aluno e expresso em conceito, de acordo com a seguinte escala:

“A” – Excelente	9,0 a 10,0 (com direito a crédito);
“B” – Bom	7,5 a 8,9 (com direito a crédito);

“C” – Regular	6,0 a 7,4 (com direito a crédito);
“D” – Insuficiente	4,0 a 5,9 (sem direito a crédito);
“E” – Sem rendimento	0,0 a 3,9 (sem direito a crédito).
“I” – Incompleto	

§ 1º - Os conceitos “A”, “B” e “C” aprovam e os “D” e “E” reprovam, sendo que o conceito “D” permite ao aluno a repetição da Disciplina, por uma única vez.

§ 2º - Excepcionalmente será permitido o conceito “I” em casos plenamente justificados que deverá depois de ouvido o responsável pela disciplina, ser julgado pelo CCD. O conceito “I” será substituído automaticamente por conceito definitivo. No caso de não serem completadas as atividades no semestre seguinte em que a disciplina for oferecida, o conceito “I” será substituído por “E”.

§ 3º - O conceito obtido após a repetição da Disciplina, anteriormente com conceito “D”, será utilizado para o cálculo da média no semestre de sua repetição.

§ 4º - Receberá o conceito “D” o aluno que deixar de comparecer a mais de 20% (vinte por cento) das atividades programadas na(s) Disciplina(s) cursada(s).

§ 5º - Os professores deverão enviar à coordenação do PGCDS a avaliação final das Disciplinas, no prazo estabelecido pelo calendário escolar da Pós-Graduação.

§ 6º - A média de aproveitamento será calculada através da média ponderada em que os conceitos entram com os valores “A” = 4, “B” = 3, “C” = 2, “D” = 1 e “E” = 0 e o número de créditos das Disciplinas como pesos. Para exemplificar, considere que um aluno cursou quatro disciplinas obtendo o seguinte desempenho:

	Créditos	Conceito	Crédito x Conceito
Disciplina X	4	B	12
Disciplina Y	4	C	8
Disciplina Z	3	A	12
Disciplina W	1	A	4
Total	12		36
Média de aproveitamento no semestre			3

Artigo 37º – O aluno poderá, com autorização do CCD, realizar atividades e trabalhos, ou cursar Disciplinas fora da sede do PGCDS, no País ou no exterior, desde que sob a orientação de docentes qualificados.

Parágrafo único – O número de créditos em Disciplinas a ser considerado não deve exceder 1/3 (um terço) do total de créditos exigidos para integralização do

Curso.

Artigo 38º – Ao término de cada Disciplina ministrada será realizada uma avaliação da Disciplina pelos alunos por meio do preenchimento de um questionário de avaliação de Disciplina (Anexo VI) aplicado pela coordenação do PGCDS.

Parágrafo único - Os resultados das avaliações das Disciplinas ministradas em cada período letivo serão encaminhados pela coordenação do Programa ao CCD para apreciação.

Artigo 39º – Será desligado do PGCDS o aluno que:

- a) obtiver, em qualquer período letivo, média ponderada nas Disciplinas cursadas inferior a 2 (dois);
- b) obtiver, em 2 (dois) períodos letivos consecutivos, média geral ponderada nas Disciplinas cursadas, inferior a 3 (três);
- c) obtiver conceito “D” ou “E” em qualquer Disciplina repetida;
- d) obtiver conceito “E” em Disciplina(s) obrigatórias;
- e) abandonar, sem justificativa, uma ou mais Disciplinas;
- f) não completar suas atividades no PGCDS no período máximo de 24 (vinte e quatro) meses, inclusive com a entrega da Dissertação.

Parágrafo Único – Nos prazos máximos especificados na alínea “f” deste artigo, incluem-se os meses porventura interrompidos por quaisquer que sejam os motivos.

DO SISTEMA DE CRÉDITOS

Artigo 40º – O controle da integralização curricular será feito pelo sistema de créditos, correspondendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas aula.

Artigo 41º – Poderão ser aceitos, a critério do CCD, créditos de Programas ou Cursos de Pós-Graduação obtidos em outras universidades nacionais ou estrangeiras, estes últimos desde que atendam aos critérios da CAPES.

§1º - Para revalidação desses créditos, deverão ser levados em consideração à instituição ministrante, a época de realização, o conteúdo programático, a carga horária, o número de créditos e só serão revalidados créditos em Disciplinas em que se obteve conceitos “A” ou “B”.

§ 2º - Alunos transferidos de outros Programas ou Cursos de Pós-Graduação poderão ter seus créditos aprovados, até o máximo de 2/3 (dois terços) do número total de créditos exigidos para se obter o grau de Mestre, desde que satisfeitos os critérios do parágrafo 1º desse artigo.

§ 3º - Disciplinas transferidas de outras instituições, uma vez aprovadas pelo CCD, contarão créditos, não computados para o cálculo da média geral, e receberão o conceito “T” (Transferidas).

§ 4º - Disciplinas revalidadas da mesma instituição, uma vez aprovadas pelo CCD, contarão créditos, não computados para o cálculo da média geral, e receberão o conceito “R” (Revalidadas).

Artigo 42º – Para conclusão do Mestrado será exigido um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos obtidos em Disciplinas, além da Dissertação equivalente a 16 (dezesseis) créditos, totalizando 40 (quarenta) créditos (Anexo III)

DA NATUREZA DOS SEMINÁRIOS E DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA E DISSERTAÇÕES

Artigo 43º – Para a realização do Curso de Mestrado no PGCDs, o aluno terá de participar e prestar Seminários obrigatórios que serão organizados em 2 (duas) Disciplinas: Seminário I e II.

§1º - A Disciplina Seminários 1 é obrigatória para todos os alunos no segundo período letivo de Curso, cuja atividade na Disciplina é prestar Seminário com tema livre, designado pelo Orientador em comum acordo com o aluno, além de participar dos demais Seminários.

§ 2º - A Disciplina Seminários 2 é obrigatória para todos os alunos no terceiro período letivo de Curso, cuja atividade na Disciplina é prestar Seminário com tema referente ao Projeto de Dissertação, designado pelo Orientador em comum acordo com o aluno, além de participar dos demais Seminários.

§ 3º - A sessão de Seminário consistirá de duas etapas:

- a) exposição oral pública do tema pelo aluno, em um tempo máximo de 45 (quarenta e cinco) minutos;
- b) é facultada a palavra ao público para discussão do tema, em um tempo máximo de 15 (quinze) minutos.

Artigo 44º - Para a realização do Curso de Mestrado no PGCDs, o aluno terá de apresentar Projeto de Pesquisa de sua Dissertação.

Artigo 45º – Para obtenção do título de Mestre será exigida a apresentação de Dissertação baseada em Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo aluno, além da comprovação de envio de pelo menos 1 (um) trabalho para publicação em revista QUALIS, definida de acordo com os critérios de qualificação pertencentes à área de Serviço Social/Economia Doméstica junto a CAPES .

Artigo 46º – O assunto do Projeto de Pesquisa que será desenvolvido na Dissertação será escolhido pelo Orientador, em comum acordo com o aluno, devendo estar contido na Área de Concentração do PGCDs e vinculado as Linhas de Pesquisa do Programa.

Artigo 47º - A apresentação do Projeto de Pesquisa deverá obedecer ao padrão estabelecido pela CPPG (Anexo V).

Artigo 48º – O Orientador encaminhará a coordenação do PGCD 3 (três) exemplares do Projeto de Pesquisa.

§ 1º - Os Projetos de Pesquisa deverão ser encaminhados pelo Orientador 90 (noventa) dias antes da matrícula no terceiro período letivo do aluno, devidamente assinado pelo COA.

§ 2º - Deverá a coordenação do Programa, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da solicitação e dos exemplares, encaminhar para 2 (dois) consultores “*ad hoc*” e reunir o CCD para deliberar sobre a aprovação do Projeto de Pesquisa.

§ 3º - No caso de discordância entre os pareceres dos 02 consultores “*ad hoc*” será solicitado pela coordenação do PGCD 3 o parecer de um terceiro consultor “*ad hoc*”.

§ 4º - Os projetos de pesquisa, após a homologação dos pareceres dos consultores pelo CCD serão encaminhados a PRPPG.

Artigo 49º – O Orientador encaminhará a coordenação do PGCD 5 (cinco) exemplares da Dissertação, solicitando designação da banca examinadora e data da defesa.

§ 1º - O Orientador poderá sugerir ao CCD os membros da banca examinadora.

§ 2º - A apresentação da Dissertação, quanto a sua organização e apresentação, deverá observar as Normas estabelecidas pelo PGCD 5 (Anexo VI).

Artigo 50º - A defesa da Dissertação deverá ser efetivada em um prazo mínimo de 8 (oito) e máximo de 30 (trinta) dias, após a designação da banca examinadora pelo CCD do PGCD 5.

Artigo 51º – Para defesa da Dissertação serão designados 3 (três) examinadores e 1 (um) suplente.

§ 1º - A banca examinadora da Dissertação de Mestrado será constituída pelo menos por 1 (um) membro externo e pelo menos por 1 (um) membro interno ao PGCD 5.

§ 2º - Assumirá a presidência da banca examinadora, o orientador.

§ 3º - O suplente participará da banca no impedimento de um dos examinadores.

§ 4º - Poderá participar da banca examinadora como membro titular apenas um dos Co-orientadores.

Artigo 52º - A sessão de defesa da Dissertação consistirá de duas etapas:

- a) exposição oral pública pelo aluno, em um tempo máximo de 45 (quarenta e cinco) minutos;
- b) arguição pela banca examinadora, na qual cada examinador terá, no máximo, 40 (quarenta) minutos.

Parágrafo único – É facultado ao presidente da banca examinadora, o aproveitamento dos resíduos de tempo, em benefício de si próprio ou de outro examinador.

Artigo 53º – Na avaliação da defesa da Dissertação, cada examinador expressará seu julgamento, mediante atribuição de conceitos: “A” = Aprovado; ou “R” = Reprovado, considerando-se aprovada a Dissertação quando o conceito “A” for atribuído pela maioria dos examinadores, constando em ata de defesa (Anexo VII).

§1º – O aluno aprovado por unanimidade na defesa de Dissertação poderá obter menção honrosa se preencher os seguintes requisitos:

- a) obtiver conceito “A” em todas as Disciplinas cursadas no PGCDs;
- b) apresentar e defender a Dissertação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- c) a dissertação não apresentar necessidade de correção ou, se houver, está correção deverá ser mínima, e que não seja referente aos aspectos técnicos científicos do trabalho.

§ 2º - Será facultado a cada examinador, juntamente com atribuição do conceito, emitir parecer final com sugestões, para aperfeiçoamento do trabalho.

§3º - Para os casos em que haja necessidade de reformulação e/ou correções, a critério da banca examinadora, será dado um prazo máximo de 30 (trinta) dias, para bolsista do CNPq, e de 60 dias para os demais, a partir da data da defesa, para as correções serem executadas. Caso esse prazo não seja cumprido, o aluno perderá o direito a receber o diploma.

§4º - Depois de procedida a reformulação e/ou correção, e antes da impressão das cópias da versão final, o mestrando deverá submeter à apreciação do presidente da Banca Examinadora a versão corrigida de sua dissertação de modo que o mesmo possa atestar que as sugestões e recomendações dos examinadores foram atendidas.

Artigo 54º – O aluno deverá apresentar a coordenação do PGCDs 10 (dez) cópias impressas da redação final da Dissertação e uma cópia em meio digital, devidamente assinadas pelo presidente e demais membros da banca examinadora.

DOS TÍTULOS, CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES

Artigo 55º – Os requisitos mínimos para obtenção do título de Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social são:

- a) completar o número mínimo de créditos em Disciplinas;
- b) ser aprovado na defesa da Dissertação;
- c) comprovar o envio de pelo menos 1 (um) trabalho para publicação em revista QUALIS definida de acordo com os critérios de qualificação pertencentes à área de Serviço Social/Economia Doméstica junto a CAPES;
- d) encaminhar a versão final da Dissertação no prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 54 dessas Normas Internas.

Artigo 56º – O orientador passará a deter o direito para publicação dos artigos decorrentes da pesquisa como primeiro autor caso o mestrando não cumpra o estabelecido no artigo 55 dessas Normas Internas.

Artigo 57º – A ata da defesa da Dissertação será enviada à PRPPG e ao DRCA, acompanhada de declaração do coordenador do curso de cumprimento de todas as exigências previstas no artigo 55 dessas Normas Internas.

Artigo 58º – Os títulos e certificados são documentos fornecidos exclusivamente pela PRPPG e DRCA.

Artigo 59º – As declarações são documentos que podem ser fornecidos pela coordenação do PGCDs em modelos próprios nos seguintes casos:

- a) declaração de seleção para cursar o Mestrado no PGCDs;
- b) declaração de bolsista no PGCDs;
- c) declaração de aluno regular ou especial no PGCDs;
- d) declaração de Disciplinas cursadas com suas respectivas cargas horárias, créditos e conceitos obtidos;
- e) declaração de defesa e aprovação de Dissertação;
- f) declaração de obtenção de menção honrosa;
- g) declaração de cumprimento de todas as exigências para obtenção do grau de Mestre.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 60º – Os casos omissos nestas Normas Internas que não forem elucidados pelo CCD serão submetidos à deliberação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do CEPE/UFRPE.

Artigo 61º – Das decisões da coordenação do PGCDs caberá recurso para o CCD e, em instância superior, para a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do CEPE/UFRPE.

ANEXO I

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Economia Doméstica

LINHAS DE PESQUISA

Culturas do Consumo

Cotidiano, Bem-Estar e Desenvolvimento Social

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

ANTROPOLOGIA DO CONSUMO E DO COTIDIANO

ESTADO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ECONOMIA FAMILIAR E TECNOLOGIAS DOMÉSTICAS

SEMINÁRIOS 1

SEMINÁRIOS 2

ESTÁGIO DE DOCÊNCIA (só para bolsistas da CAPES)

DISCIPLINAS ELETIVAS

ALIMENTOS, CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

COMUNICAÇÃO E CULTURAS POPULARES

COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA NA PUBLICIDADE

CONSUMO COLETIVO E SERVIÇOS PÚBLICO E PRIVADO NA
SOCIEDADE

CORPO, ESTÉTICA E MODA

EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR

FINANÇAS E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

FUNDAMENTOS DA CULTURA DE CONSUMO

GESTÃO DE QUALIDADE EM ALIMENTOS

ORGANIZAÇÕES, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

TEORIA ECONÔMICA DO CONSUMO

TÓPICOS AVANÇADOS EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO

DISCIPLINAS DE DOMÍNIO CONEXO

METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

ANEXO II

CORPO DOCENTE

Permanente

ANGELO BRÁS FERNANDES CALLOU
CELIANE GOMES MAIA DA SILVA
JOSEANA MARIA SARAIVA
LAURA SUSANA DUQUE ARRAZOLA
MARCELO MACHADO MARTINS
MARIA ALICE VASCONCELOS ROCHA
MARIA DE FÁTIMA PAZ ALVES
MARIA INÊS SUCUPIRA MACIEL
MARIA SALETT TAUK SANTOS
ROMILSON MARQUES CABRAL

Colaborador

LUIZ FLAVIO ARREGUY MAIA FILHO
MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO
NEUZA MARIA DA SILVA
SALOMÃO ALENCAR DE FARIAS

ANEXO III

GRADE CURRICULAR

Disciplinas Obrigatórias

DCD 600 - ANTROPOLOGIA DO CONSUMO E DO COTIDIANO
DCD 601 - ECONOMIA FAMILIAR E TECNOLOGIAS DOMÉSTICAS
DCD 602 - ESTADO E POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DCD 603 – SEMINÁRIOS 1
DCD 604 - SEMINÁRIOS 2
DCD 605 - ESTÁGIO DE DOCÊNCIA (*)

(*) Obrigatório para bolsistas CAPES

Disciplinas Eletivas

DCD 606 - ALIMENTOS, CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA
DCD 607 - COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR
DCD 608 - COMUNICAÇÃO E CULTURAS POPULARES
DCD 609 - COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA NA PUBLICIDADE
DCD 610 - CONSUMO COLETIVO E SERVIÇOS PÚBLICO E PRIVADO NA
SOCIEDADE
DCD 611 - CORPO, ESTÉTICA E MODA
DCD 612 - EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR
DCD 613 - FINANÇAS E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
DCD 614 - FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
DCD 615 - FUNDAMENTOS DA CULTURA DE CONSUMO
DCD 616 - GESTÃO DE QUALIDADE EM ALIMENTOS
DCD 617 - ORGANIZAÇÕES, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
DCD 618 - TEORIA ECONÔMICA DO CONSUMO
DCD 619 - TÓPICOS AVANÇADOS EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO

Disciplinas de Domínio Conexo

EDC - 600 METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR
EDC - 620 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DISCIPLINA: _____
DATA: ___ / ___ / ____
CÓDIGO: _____

OBSERVAÇÃO: Procure responder às perguntas formuladas com sinceridade e imparcialidade. O questionário tem por objetivo buscar informações que possibilitem uma avaliação objetiva das disciplinas do curso de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

Responda às questões de 1 a 10 utilizando os valores numéricos da seguinte convenção:

5 – MUITO BOM OU EXCELENTE

4 – BOM

3 - REGULAR

2 – RUIM OU SOFRÍVEL

1 – PÉSSIMO

COM RELAÇÃO AO APROVEITAMENTO

1. Como você considera sua base anterior para acompanhar a disciplina
2. Sua expectativa de aprendizado foi atingida, em qual nível?
3. Sua dedicação à disciplina, extra classe, pode ser classificada como

4. Com relação ao conteúdo da disciplina, a compatibilidade entre programas efetivamente desenvolvido e a sua expectativa com base na ementa, pode ser qualificada como

COM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES AMBIENTAIS
(Avalie somente os itens efetivamente utilizados na disciplina)

5. Classifique as condições de:

- Sala de aula
- Laboratórios
- Pessoal de apoio (laboratorista, etc.)
- Números de alunos da disciplina
- Se você avaliou de regular a péssimo o número de alunos, indique um número considerado ideal para o bom andamento da disciplina:

COM RELAÇÃO A AVALIAÇÃO DO APRENDIZADO

6. Qualifique o nível dos métodos de avaliação

COM RELAÇÃO AOS PROFESSORES E MÉTODOS DE ENSINO:

7. Qualifique bibliografia adotada para o desenvolvimento da disciplina, quanto a:

- Adequação
- Atualização

8. Avalie a didática do(s) professor(es):

Professor

- Domínio do conteúdo
- Segurança

- Clareza
- Utilização de recursos
- Áudio-visuais e outros
- Objetividade
- Preocupação pelo aprendizado

9. Avalie o estímulo, dado pelo professor para perguntas, sugestões e comentários nas aulas:

10. Avalie a receptividade e disponibilidade do(s) professor(es) no acompanhamento dos trabalhos práticos e solicitações extra classe para perguntas, sugestões e comentários.

Professor

- Receptividade
- Disponibilidade

QUESTÕES DE CARÁTER GERAL:

Nas questões seguintes marque com X a opção escolhida:

11. Em relação ao tempo de dedicação formal à disciplina, o número de créditos a ela computados é:

- Deficiente
- Excessivo
- Ligeiramente deficiente
- Ligeiramente exagerado
- Adequado

12. Considerando sua apreciação geral da disciplina, você classificaria como:

- Excelente
- Boa
- Regular
- Sofrível

ANEXO V

MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

MODELO DE PROJETO DE PESQUISA INSTITUCIONAL

Título

Grupo de Pesquisa (CNPq)

Linha (s) de Pesquisa

Coordenador (Nome, Titulação de maior nível, Ano de titulação, Departamento, Área, CPF, E-mail, Data de Nascimento, indicar se é bolsista do CNPq e o nível)

Equipe colaboradora (Nome, Titulação de maior nível, Ano de titulação, Departamento, Área, CPF, E-mail, Data de Nascimento, indicar se é bolsista do CNPq e o nível)

Resumo (Máximo 1 página)

Introdução (Relevância fundamentada na revisão de literatura - Máximo 5 páginas)

Início e Final previsto (Mês/ano)

Objetivos (Geral e Específicos)

Material e Métodos ou Metodologia (Incluir o local de desenvolvimento da Pesquisa - Máximo 5 páginas)

Cronograma (Especificar mês e ano)

Orçamento (Incluir Infra-estrutura disponível/necessária - Opcional)

Relevância e impacto no desenvolvimento científico, tecnológico e socio-econômico (Máximo 1 página)

Apoio financeiro e/ou Institucional (Que assegure a viabilidade do projeto)

Referências Bibliográficas (De acordo com as Normas da ABNT)

Data e Assinatura do Coordenador

ANEXO VI

NORMAS PARA REDAÇÃO DE DISSERTAÇÕES

1.0. Normas gerais

1.1. Dissertações constituem o produto final de pesquisas desenvolvidas em cursos de Mestrado.

Exigem investigações próprias à área de especialização e métodos específicos.

1.2. A Dissertação é de responsabilidade do aluno, da Comissão Orientadora e da Banca Examinadora, a quem competirá determinar alterações na forma, na linguagem e no conteúdo.

2.0. Estrutura

2.1. A Dissertação deverá ser composta de: (I) capa, (II) páginas pré-textuais, (III) corpo da Dissertação propriamente dita e, (IV) anexo (páginas pós-textuais).

2.2. A capa deverá conter a autoria, título da Dissertação, local e ano da aprovação da Dissertação.

2.3. As páginas pré-textuais serão compostas de:

2.3.1. Primeira folha interna (página de rosto), contendo; nome da instituição que conferiu o título (Universidade Federal Rural de Pernambuco, (I) autoria, (II) título da Dissertação, (III) nota explicativa de que se trata de um trabalho de Dissertação, mencionando o Programa de Pós-Graduação, a Universidade e o grau pretendido (Mestrado), e (IV) local e ano de aprovação da Dissertação, e os nomes completos do Professor Orientador e dos Co-orientador. Constará, no verso desta folha, a ficha catalográfica.

2.3.2. Segunda folha interna, contendo as três primeiras partes do item anterior, a data de aprovação da Dissertação, e os nomes e as assinaturas dos participantes da Banca Examinadora.

2.3.3. Opcionalmente, poderão ser incluídas páginas adicionais contendo; (I) dedicatória, (II) agradecimento(s), (III) biografia do autor e (IV) lista de símbolos, figuras, quadro e tabelas.

2.3.4. Folha(s) de conteúdo (Sumário)

2.3.5. Folha(s) em que conste(m) o resumo em Português e o abstract em Inglês.

2.4. O corpo da Dissertação conterá todo o trabalho impresso, avaliado e aprovado pela Banca Examinadora.

2.5. O corpo da Dissertação será organizado da seguinte forma: Introdução, Revisão Bibliográfica, Referências Bibliográficas utilizadas na Revisão, Objetivos, Resultados – em forma de artigo científico atendendo as normas da ABNT - Conclusões gerais ou Considerações Finais.

2.6. O(s) Artigo(s) que irão compor os resultados deverão ter títulos e serem organizados da seguinte forma: Resumo; Abstract; Introdução; Material e Métodos; Resultados e discussão; Conclusão(ões), Referências Bibliográficas.

2.7. O anexo (páginas pós-textuais) conterá material pertinente e suplementar à Dissertação.

3-Editoração

3.1. Composição tipográfica. As Dissertações deverão ser impressas em forma permanente e legível, com caracteres de alta definição e de cor preta no tipo Arial tamanho 12, com espaçamento 1,5.

3.2. Notação científica e medidas. A nomenclatura científica deverá ser diferenciada contextualmente, de acordo com as normas internacionais. As unidades métricas deverão seguir o padrão do Sistema Internacional de Unidades.

3.3. Papel. Utilizar papel A-4 (210x297 mm) branco, e suficientemente opaco para leitura normal.

3.4. Margens. A margem esquerda deve ser de 40 mm e as outras margens de 20 mm.

3.5. Paginação. Todas as páginas textuais e pós-textuais deverão ser numeradas em sequencia contínua, i.e., desde a página da Introdução até a última página, em algarismos arábicos. A sequencia deverá incluir tudo que estiver no(s) volume(s), como mapas, diagramas, páginas em branco e outros. As páginas pré-textuais deverão ser numeradas, seqüencialmente, com algarismos romanos minúsculos.

3.6. Ilustrações Fotográficas e outras ilustrações deverão ser montadas de forma definitiva e incluídas no corpo da Dissertação. É admitido o uso de cores nas figuras e ilustrações. Em nenhuma circunstância dever-se-á empregar fita adesiva ou material similar para afixação de ilustrações no corpo da Dissertação. Folhas de tamanho superior a A4 serão aceitáveis, desde que dobradas, de forma a resultar em dimensões inferiores ao tamanho do papel adotado.

ANEXO VII

DOCUMENTO DE REGISTRO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos ___ dias do mês de _____ de _____ às _____ horas, realizou-se no auditório do Departamento de Ciências Domésticas a Defesa de Dissertação Intitulada: _____, pelo aluno(a) _____, de acordo com as Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e complementadas pelas Normas Internas do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social aprovadas pelo Colegiado de Coordenação Didática do Programa.

A Comissão examinadora foi composta pelos professores:

_____ (Presidente)

_____ ()

_____ ()

_____ ()

Após a apresentação da Dissertação e efetuadas as arguições, o aluno(a) recebeu da comissão examinadora os seguintes conceitos.

De acordo com os conceitos atribuídos o aluno foi considerado (_____) devendo, para obtenção do grau de mestre, proceder às correções necessárias, entregar a versão final da Dissertação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e encaminhar um artigo científico para publicação.

Conferem o presente documento, que não apresenta rasuras nem emendas
as seguintes pessoas:

Aluno: _____

Recife, _____ de _____ de _____